

Fórum da Sociedade Civil África – UE

Uma estratégia centrada nas pessoas

11-13 julho 2017, Tunis, Tunísia



THE AFRICA-EU PARTNERSHIP
LE PARTENARIAT AFRIQUE-UE

Declaração do Fórum da Sociedade Civil África-UE Tunis, 12 de julho de 2017

1. Nós, representantes das organizações da sociedade civil africana e europeia reunidos no Terceiro Fórum África-UE da Sociedade Civil em Tunes, de 11 a 13 de julho de 2017., pretendem salientar a importância de fomentar um espaço para as organizações da sociedade civil de ambos os continentes, enquanto atores independentes e parceiros integrantes no âmbito da Estratégia Conjunta África-UE (Estratégia Conjunta). Estamos cientes de que a estratégia não pode ser centrada nas pessoas sem a participação plena e livre de organizações representativas dos diferentes setores e interesses da sociedade. Além disso, gostaríamos de reiterar que a Estratégia Conjunta, o Plano de Ação e o Roteiro continuam a ser instrumentos importantes para a concretização do objetivo de longo prazo de manter a parceria estratégica entre África e a União Europeia tendo por base uma história comum, uma forte relação política, valores comuns e uma estreita cooperação.
2. O fórum deliberou vários aspetos da Estratégia Conjunta centrados em cinco domínios temáticos: Prevenção de conflitos, construção da paz e refugiados; Governação democrática e participação cívica; Desenvolvimento Humano; Trabalho digno, proteção social universal e desenvolvimento económico e social; e um futuro sustentável para o nosso planeta no contexto das alterações climáticas e desastres naturais, como temas cruciais do desenvolvimento para a consulta conjunta. Questões transversais como a migração e a mobilidade, a igualdade de género e a juventude foram integradas nos debates. O fórum discutiu estes temas em grupos de trabalho e concordou em fazer contribuições a este respeito, uma vez que se aproxima a 5ª Cimeira África-UE que decorrerá nos dias 28 e 29 de novembro de 2017.
3. Depois de deliberar em sessões plenárias e grupos de trabalho, a fim de criar um conjunto de propostas para influenciar as decisões e resultados da próxima 5ª Cimeira África-UE, observámos que o espaço para as OSC diminuiu e que a sua visibilidade permanece fraca no seio do quadro estratégico. A este respeito, o Fórum das OSC de Tunis analisou os desafios que levaram à atual lacuna na consolidação da participação da sociedade civil na Estratégia Conjunta. O Fórum das OSC lamenta que o Fórum Anual Conjunto (FAC) não tenha sido convocado conforme planeado na última vez em Bruxelas, e que, como tal, o principal mecanismo para a participação da sociedade civil tenha desaparecido. Também verificámos que os principais pontos de ação anteriores não foram concretizados não obstante a resolução tomada nos fóruns anteriores.
4. Neste Fórum das OSC tomámos nota dos recentes desenvolvimentos políticos nos dois continentes. Deste modo, assegurar a coerência com a Agenda 2063 da União Africana e a Comunicação da UE de 2017 “Para um impulso renovado da Parceria África-UE” tornou-se um elemento essencial na definição de consensos sobre as nossas propostas. Para este fim, decidimos apresentar às instituições e líderes europeus e africanos as recomendações que se seguem: :
 - Aumentar o apoio político, financeiro e logístico das OSC para que sejam envolvidas de forma atempada, transparente e inclusiva, incluindo as que

- representam a diáspora, em todos os níveis de tomada de decisão, implementação, supervisão e avaliação da Estratégia Conjunta, num quadro institucional que é claramente definido e orientado para este apoio;
- Garantir a organização de Fóruns Anuais Conjuntos em estreita cooperação com todas as partes interessadas, incluindo representantes da sociedade civil, e que estas reuniões incorporem efetivamente as reflexões e escolhas dos decisores;
 - Identificar e operacionalizar “pontos de entrada” na implementação do Roteiro, permitindo um melhor envolvimento das OSC e criando, numa base caso a caso, espaços e mecanismos específicos, ou abrir os já existentes à participação das CSO;
 - Aumentar o fluxo e a qualidade da informação facilitando a preparação de contributos significativos das OSC na implementação do Roteiro e em todos os debates em torno da Estratégia Conjunta;
 - Apoiar com meios financeiros, nomeadamente facilitando o acesso ao financiamento, a participação e as atividades das OSC, incluindo a influência política e a implementação de projetos no quadro da estratégia, respeitando sempre a sua plena autonomia;
 - Iniciar, dez anos após o lançamento da Estratégia Conjunta, um exercício de balanço de realizações e insuficiências. Este é um processo em que as OSC devem desempenhar um papel vital;
 - Adotar uma abordagem baseada nos atores, para a representação da sociedade civil na Estratégia Conjunta;
 - Atuar de acordo com os compromissos políticos, de modo acriar um ambiente verdadeiramente favorável à participação da sociedade civil;
 - Reforçar o diálogo entre governos e as OSC, incluindo jovens, mulheres, migrantes e refugiados, diáspora, trabalhadores, povos indígenas, pessoas com deficiência e quaisquer outros grupos desfavorecidos, como parte de um processo político inclusivo multiparticipado.

Estando cientes do progresso, desafios e oportunidades da Estratégia Conjunta, **recomendamos as seguintes ações:**

NO ÂMBITO DA PREVENÇÃO DE CONFLITOS, CONSTRUÇÃO DA PAZ E REFUGIADOS

1. Reforçar o papel da sociedade civil na prevenção de conflitos violentos e em sistemas de aviso prévio inclusivos, regionais e continentais.
2. Manter o enfoque na segurança centrada nas pessoas (ou seja, a segurança humana) no documento de orientação da Estratégia Conjunta e traduzi-lo em ações.
3. Reconhecer a interdependência entre governação, desenvolvimento, paz e segurança, através de uma abordagem abrangente, assegurando que a mesma é traduzida em mecanismos financeiros e institucionais.
4. Assegurar a inclusão de mulheres e jovens, na mediação e nos esforços de construção da paz, e fornecer recursos e financiamento em consonância com a Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas e com todas as resoluções relevantes, nomeadamente a Resolução 2250 do Conselho de Segurança das Nações Unidas e o Protocolo de Maputo.
5. Apoiar a capacitação das OSC em boas práticas, programas e operações no âmbito da justiça e da segurança, e divulgar amplamente os seus resultados (através de uma plataforma *online*, por exemplo).
6. Criar o espaço, os mecanismos, e os recursos para que as OSC participem efetivamente na conceção, supervisão e avaliação de programas e operações na área da justiça e segurança.
7. Abrir canais legais adicionais para a migração e promover o direito à livre circulação de pessoas.

8. Desligar a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) da gestão dos fluxos de migração e parar de securizar a migração e de deslocalizar as fronteiras, e combater todas as formas de tráfico de seres humanos e de introdução clandestina de migrantes.
9. Retomar um diálogo intercontinental tendo por base o Diálogo sobre a Migração e a Mobilidade (DMM).

NO ÂMBITO DA GOVERNAÇÃO DEMOCRÁTICA E DA PARTICIPAÇÃO CÍVICA

1. Assegurar que, no âmbito da Parceria África-UE, o papel e as capacidades da sociedade civil na promoção da resiliência política e social, em ambos os continentes, são reconhecidos e têm espaço e recursos para serem traduzidos em ações.
2. Proteger o espaço da sociedade civil e criar um ambiente propício para que a sociedade civil possa livremente atuar, influenciar políticas e abordar as violações dos direitos humanos.
3. Centrar a parceria em sistemas políticos responsáveis e inclusivos para além dos processos eleitorais e levar em conta outras formas de participação cívica democrática.
4. Utilizar a Parceria África-UE para construir sobre as iniciativas em curso da União Africana, com o intuito de tornar mais próximas a Arquitetura Africana de Paz e Segurança e a Arquitetura de Governança Africana e apoiar iniciativas semelhantes no lado europeu, a fim de aumentar a monitorização dos direitos humanos e da governação e a supervisão das forças de segurança, incluindo operações de apoio da paz pela sociedade civil e pelos parlamentos.
5. Assegurar a incorporação e a implementação de quadros globais e regionais sobre a igualdade de género e direitos das mulheres e aumentar a capacidade de participação das OSC na tomada de decisões e de responsabilização dos governos perante essas estruturas.
6. A Parceria África-UE deve assegurar apoio sustentável e financiamento para o desenvolvimento, a capacitação de organizações de juventude e garantir uma maior inclusão de todos os jovens, incluindo a juventude da diáspora, na conceção, execução e supervisão das políticas relacionadas com a juventude. Consequentemente, é crucial remover barreiras para a participação cívica e política dos jovens.
7. Promover estruturas de governação e políticas com o objetivo de construir modelos sociais inclusivos, baseados nos direitos humanos, e que promovam a mobilidade e a migração circular segura e regular a nível nacional e internacional.
8. Defender, apoiar e respeitar a autonomia e o papel dos parceiros sociais (sindicatos e organizações patronais), assegurando a sua participação na conceção e implementação de políticas e reformas relevantes e, também, aumentando a eficácia do diálogo social, propício à negociação coletiva, em todos os níveis relevantes..

NO ÂMBITO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

1. Dar prioridade a políticas e investimentos em serviços públicos como a saúde, a educação e a proteção social para todos, colocando-os no cerne da Parceria África-UE.
2. Investir em serviços públicos e regularizar a concorrência no setor privado para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).
3. Assegurar que as organizações da sociedade civil, enquanto atores da governação, possam desempenhar o papel de organismos de supervisão, de implementadores e de prestadores de serviços, complementando e não substituindo os governos.
4. Promover a educação inclusiva, abrangente e de alta qualidade em todas as suas formas e abordagens, incluindo a transferência de conhecimento e de programas de intercâmbio juvenis..
5. Promover a ciência, a tecnologia e a inovação como motores do desenvolvimento sustentável.
6. Cumprir os compromissos na Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), em particular o referencial de 20% da União Europeia para a saúde e educação básica e o referencial

de 15 % da Declaração de Abuja da Organização Mundial de Saúde, e não desviar a APD para questões como a segurança, o controlo das fronteiras e a gestão da migração.

7. Promover investimentos e políticas que assegurem a Cobertura Universal de Cuidados de Saúde (CUCS) e a Saúde e os Direitos Sexuais e Reprodutivos (SDSR) centrados nas mulheres, meninas, populações marginalizadas, pessoas com deficiência e jovens.
8. Promover a igualdade de género como uma prioridade independente e transversal e integrá-la no desenvolvimento humano.
9. Reconhecer e promover o papel da diáspora, incluindo a juventude da diáspora.

NO ÂMBITO DO TRABALHO DIGNO, PROTEÇÃO SOCIAL UNIVERSAL E DESENVOLVIMENTO SÓCIOECONÓMICO SUSTENTÁVEL

1. Promover a Agenda para o Trabalho Digno da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no cerne da Estratégia Conjunta, reconhecida pelas principais normas laborais e convenções da OIT e outras estruturas internacionais, na coordenação e compromisso com a sociedade civil, como parte de um ambiente propício que permite a liberdade de associação e a negociação coletiva.
2. Envolver a sociedade civil na implementação e supervisão do Plano de Investimento Externo (PIE) da UE, no *'blending'* e nas parcerias público-privadas, que deverão seguir as prioridades de desenvolvimento nacional e não conduzir à privatização de serviços públicos essenciais. A APD deve continuar a atuar para o desenvolvimento sustentável e para a redução da pobreza ao invés de se tornar um subsídio para as empresas.
3. Dar prioridade à mobilização de recursos internos através do reforço dos sistemas fiscais nacionais, do combate à evasão fiscal, aos fluxos financeiros ilícitos e à corrupção, assegurando que os atores do setor privado e internacionais paguem a sua justa parte dos impostos e perdendo dívidas ilegítimas¹.
4. Fomentar a criação de trabalho digno e a empregabilidade, através de iniciativas de economia social, como o apoio a pequenas e médias empresas (PME) e cooperativas, a requalificação, o empreendedorismo, a aprendizagem ao longo da vida, o ensino universal, a formação profissional inclusiva, a ciência, a tecnologia e a inovação, e a transição de uma economia informal para uma economia formal.
5. Priorizar as necessidades específicas da juventude, incluindo oportunidades dignas de emprego, o combate à fuga de cérebros e ao trabalho infantil; as necessidades das mulheres, incluindo a luta contra a discriminação, assim como o acesso e a adaptação do mercado de trabalho a pessoas com deficiência e, de um modo geral, todas as pessoas confrontadas com situações de discriminação no acesso ao mercado de trabalho.
6. Promulgar todos os compromissos de igualdade de género, em particular para formalizar o trabalho remunerado e não remunerado das mulheres, reduzir a diferença salarial entre homens e mulheres, e implementar salários que assegurem uma existência digna e medidas para promover a igualdade de acesso à proteção social, por forma a garantir que os direitos das mulheres, nomeadamente a proteção da maternidade, sejam respeitados.
7. Apoiar a disponibilização do acesso universal, acessível e inclusivo às plataformas e regimes de proteção social, incluindo cuidados básicos de saúde e seguros de saúde baseados na comunidade, cuidados de saúde sexual e reprodutiva, água potável e saneamento e o acesso universal à energia renovável e acessível.
8. Desenvolver Quadros obrigatórios, como o Tratado das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, para assegurar a responsabilização das empresas transnacionais no respeito pelos direitos sindicais e do trabalho, os direitos humanos e as normas ambientais ao longo de toda a cadeia de fornecimento.
9. Promover estratégias de integração regional na Europa e África e criar um ambiente propício para a transformação económica e estrutural, que promova a industrialização sustentável baseada nas mercadorias em África.

NO ÂMBITO DE UM FUTURO SUSTENTÁVEL PARA O NOSSO PLANETA

1. Promover modelos económicos sustentáveis, incluindo a ruralização (fortalecimento das comunidades rurais), através da sensibilização, educação global, partilha de conhecimentos e formação sobre a localização da economia, *empregos verdes* e agricultura local sustentável, bem como outros setores emergentes, como a prestação de cuidados e a economia social e solidária.
2. Mobilizar a participação social nos acordos de comércio internacional, através da criação de comités consultivos conjuntos, supervisão parlamentar, capítulos dedicados ao desenvolvimento sustentável e mecanismos de supervisão conjuntos, em consonância com os princípios da OIT, dos ODS 10 e da Agenda 2063 da União Africana.
3. Democratizar e formalizar a governação económica, para garantir a justiça fiscal, a eliminação dos fluxos financeiros ilícitos e acabar com a corrupção, nomeadamente nas indústrias extrativas, considerando nomeadamente a transformação do Comité de Peritos da ONU para a Cooperação Internacional em Questões Fiscais numa organização intergovernamental, transparente e responsável.
4. Promover a governação climática inclusiva a nível local, nacional, regional e internacional, a fim de cumprir os compromissos internacionais em matéria de alterações climáticas.
5. Aumentar a sensibilização e a capacidade dos grupos vulneráveis, incluindo pessoas deslocadas por razões ambientais e migrantes climáticos, pequenos agricultores, mulheres e jovens agricultores e grupos comunitários, a fim de melhorar a sua resiliência perante os desafios ambientais.
6. Incorporar nos acordos internacionais compromissos vinculativos a nível nacional.
7. Proteger o acesso equitativo à terra e promover uma gestão transparente dos recursos naturais, como garantia de um desenvolvimento humano sustentável e inclusivo.

Esta declaração conjunta é o resultado de um longo e frutífero diálogo entre diversos atores da sociedade civil. Irá orientar os nossos esforços de sensibilização na preparação da 5ª Cimeira África-UE e posteriormente. Neste sentido, solicitamos um espaço significativo durante a Cimeira para apresentar as nossas recomendações. Esperamos que os nossos pedidos se tornem um “trampolim” para um diálogo estruturado e vigoroso entre África e a Europa, que ultrapasse o nível institucional da União Africana e da União Europeia. Isto irá conduzir-nos a um futuro próspero e pacífico, com a sociedade civil no cerne da cooperação intercontinental.

A seguinte tabela apresenta a lista dos participantes do Fórum África-UE da Sociedade Civil, que teve lugar em Tunes de 11 a 13 de julho de 2017.

Nome	Apelido	Organização	País/Continentes
Saifeldoula	Abdelgadir Hagelsafi Abdelgadir	Alneema Foundation Soudan	Sudán
Lulsegged	Abebe	International Alert	UE
Stephanie Grace Anyango	Ageng'o	Tomorrow's Child Initiative	Kenia
Joseph Kwadwo	Amuzu	Planned parenthood association of Ghana	Ghana
Fatima Yerima	Askira	Search for common ground	Nigeria
Elodie	AÏSSI	CFDT-Institut Belleville	Francia
Arthur R M	Becker	West African Youth Network	Liberia
Lars	Bosselman	CBM	UE
Soumaya	Chaib	Association nationale de soutien aux enfants en difficulté ANSEDI	Algeria
Buchekarabiri Sifa	Chiyoge	Icaafrika	Congo
Nikki	de Zwaan	Cordaid	Holanda
Karin	Debroey	ACV-CSC	Bélgica
Samuel Confidence	Dotse	Hatof Foundation	Ghana
Mama Koite	Doumbia	MUSONET	Mali
Harriet Poni	Dumba	National Women Empowerment and Rehabilitation	Sudán del Sur
Abozer Elmana	Elligai	Maarij Foundation for Peace and Development	Africa
Hannah	Forster	African Centre for Democracy and Human Rights Studies	Gambia
Linda	Fouad	Tissila Association for Development	Marruecos
Alfred	Gajdosik	EESC	Austria
Yonas Gebru	Gebreegziabher	Consortium for Climate Change Ethiopia (CCC-E) hosted by Forum for Environment (FfE)	Etiopía

Bourzabe	Hindjolbo	Association Tchadienne pour le Développement des Initiatives des Jeunes ATDIJ TCHAD	Chad
Tina	Hočevar	European Youth Forum	Eslovenia
Asmaa Angela	James	Radio Democracy 98.1FM	Sierra Leone
Aaron Karumba	Kalala	Association Paysanne pour l'Autosuffisance Alimentaire	DRC
Ana	Kalin	Forum za enakopraven razvoj - FER (Forum for Equitable Development)	Eslovenia
Lufungula Gilbert	Kalubi	Fondation des œuvres pour la solidarité et le bien être social	Congo
Bora	Kamwanya	ACP YPN	UE
Gérard	Karlshausen	Concord	UE
Florian	Koch	Friedrich-Ebert-Stiftung	Alemania
Yaovi Lowanou	Kogbe	Organisation Pour l'Environnement et le Développement durable	Togo
Mourad	Lamoudi	Association Culturelle" Mohamed Lamine Lamoudi"	Algeria
Joan Manuel	Lanfranco	International Trade Union Confederation (ITUC)	UE
Robert Mogwane	Letsatsi	Botswana Watch Organisation	Botswana
Ariane	Lignier	IDDC	UE
Cristina	Linaje	Cáritas España (Caritas Spain)	España
Don	Lucey	Misean Cara	Irlanda
Eleanor	Maeresera	Oxfam International	UE
Salvatore	Marra	CGIL - Italian General Confederation of Labour	Italia
Agustin	Martin Lasanta	DSW	UE
Ana	Martinez	Alianza por la Solidaridad	España
Victoria	Mbogo	CSW	Reino Unido
Judith	McCallum	Life & Peace Institute	Suecia
Abdurrahman Ahmed Mohammed	Mokhtar	General forum for Arab African NGOs	Libia
Nady Flora	Mugerinkoko	Young Women's Knowledge and Leadership Institute Burundi	Burundi

Ray	Mwareya	Women Taboos Radio South Africa	Zimbabwe
Jacqueline	Nakaiza	SNE Consultants	Uganda
Prudence	Ndayizamba	Coalition des Ingénieurs Aménageurs et urbanisé pour la promotion de l'organisme et environnement	Burundi
Steffie	Neyens	Light for the World	UE
Christine	Ngo Ndjeng epse Andela	COSADER	Cameroun
Tapuwa O'Brien	Nhachi	Center for natural resource	Zimbabwe
Andre	Nikwigize	Partners for Peace and Prosperity	Burundi
Alex Richard	Nkosi	Regional Organisation of the International Trade Union Confederation (ITUC-Africa)	Africa
Sam	Ntelamo	International Planned Parenthood Federation	UE
Alejandra	Ortega	Confederación Sindical de Comisiones Obreras de España	España
Andrea Ellen	Ostheimer	Konrad-Adenauer-Stiftung/ENoP	Alemania
Anna	Penfrat	European Peacebuilding Liaison Office (EPLO)	UE
Lea	Perekreste	Human Rights Without Frontiers International	UE
Robert Mbilizi Kamulando	Phiri	Public Affairs Committee	Malawi
Nicoletta	Pirozzi	Istituto Affari Internazionali	Italia
Carmel	Rawhani	South African Institute of International Affairs	África del Sur
Pascal	Richard	Global Partnership for the Prevention of Armed Conflicts (GPPAC)	Holanda
Karim	Saafi	African diaspora Youth Forum in Europe	Europe
Ayman	Saber Taha Mostafa Okeil	Maat for Peace, Development and Human Rights	Egipto
Gilbert Ronald	Sendugwa	Africa Freedom of Information Centre	Uganda
Ndeye	SOW	International Alert	Reino Unido
Eyachew	Tefera	Institute for African Studies, Slovenia	Eslovenia
Aïssatou	Touré	ACP YPN	UE

Andreea-Loredana	Tudorache	A.R.T. Fusion Association Romania	Rumania
Gina	Wharton	International Planned Parenthood Federation European Network	UE
Yentyl	Williams	ACP Young Professionals Network	UE
Afaf	Zaddem	Agence de La Démocratie Locale, ADL Kairouan, Tunisie	Tunisia
Ester	Zappata	Gruppo Volontariato Civile	Italia
Ezzedine	Zayani	Think Thank Group	Tunisia